



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC 10048/16

Origem: Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa
Natureza: Licitações e Contratos – pregão eletrônico 10.044/2016
Responsável: Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior (Secretário)
Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

LICITAÇÃO E CONTRATO. Município de João Pessoa. Fundo Municipal de Saúde. Pregão eletrônico. Sistema de registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios. Resoluções Administrativas RA - TC 10/2016 e 06/2017. Matriz de risco. Extinção do procedimento sem resolução do mérito. Arquivamento.

RESOLUÇÃO RC2 – TC 00070/19

RELATÓRIO

O presente processo foi instaurado para análise do pregão eletrônico 10.044/2014, das atas de registro de preços 10.118/2016, 10.119/2016, 10.120/2016 e 10.121/2016, e dos contratos 10.527/2016, 10.528/2016, 10.532/2016 e 10.533/2016, dele decorrentes, materializados pelo **Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa**, sob a responsabilidade do Gestor, Senhor ADALBERTO FULGÊNCIO DOS SANTOS JÚNIOR, visando a elaboração de sistema de registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios, conforme termo de referência, em que se sagraram vencedoras as empresas BJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, EMPÓRIO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA – EPP, JPM JOÃO PESSOA MERECANTIL EIRELI e MÁXIMA DISTRIBUIDORA DE ALIMETNOS LTDA - ME, cuja proposta global foi de R\$3.048.549,00.

O relatório inicial da Auditoria fls. 2622/2628, assinalou a seguintes irregularidade: ausência de prova de publicação do ato convocatório, de acordo com o art. 4, I, da Lei 8.666/93.

O Gestor foi notificado e apresentou defesa (fls. 2630/2631 e 2633/2644).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC 10048/16

O Chefe do Departamento Especial de Auditoria, Auditor de Contas Públicas Sebastião Taveira Neto, emitiu pronunciamento, demonstrando estar o procedimento enquadrado no art. 2º, da Resolução Administrativa RA - TC 06/2017, combinando com a Resolução Administrativa RA - TC 10/2016 (fls. 2648/2649), o que lhe atrai o arquivamento:

DISCRIMINAÇÃO	PÁGINAS
Licitações	2 - 2115
Licitações – Doc. 28088/16	2116 - 2452
Contrato – Proc. 10049/16	2455 a 2481
Contrato – Proc. 10050/16	2483 a 2510
Contrato – Proc. 10051/16	2512 a 2539
Contrato – Proc. 10052/16	2541 a 2572
Contrato – Proc. 11781/16	2574 a 2583
Contrato – Proc. 11997/16	2585 a 2597
Contrato – Proc. 11998/16	2599 a 2609
Contrato – Proc. 11999/16	2611 a 2620
Relatório Inicial	2622 a 2628
Defesa – Doc.57625/16	2633 a 2644
A Prestação de Contas Anual (Processo nº 05335/17), referente ao exercício 2016, do Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa, encontra-se em processo formalizado sem relatório inicial.	-
GRAU DE RISCO	Baixo

AO RELATOR,

De acordo com os dados levantados e discriminados anteriormente, nestes autos, observa-se que este Processo, enquadra-se nos requisitos estabelecidos no Art. 2º, da Resolução Administrativa TC Nº 06/2017, combinando com a Resolução Administrativa TC Nº 10/2016.

O processo não tramitou previamente pelo Ministério Público de Contas e foi agendado para a presente sessão, com as intimações de estilo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC 10048/16

VOTO DO RELATOR

A Resolução Administrativa RA – TC 06/2017, disciplina os procedimentos de licitação que serão selecionados para exame específico de seus atos, a partir dos critérios delineados na Resolução Administrativa RA – TC 10/2016:

Art. 1º. Com base na matriz de risco instituída pela RA-TC N° 10/2016, a cada um dos processos/documentos de licitações, aditivos e contratos, foi atribuída classificação de risco Altíssimo, Alto, Moderado, Baixo ou Insignificante.

§ 1º. Serão objeto de análise e julgamento aqueles processos/documentos de licitações, aditivos e contratos, referentes ao exercício de 2016 e anteriores, enquadrados no grau de risco Altíssimo ou Alto.

§ 2º. Os processos/documentos de licitações, aditivos e contratos, referentes ao exercício de 2017, enquadrados no grau de risco Altíssimo ou Alto, serão objeto de análise no processo de acompanhamento da gestão (PAG).

Art. 2º. Os processos/documentos de licitações, aditivos e contratos não selecionados de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo anterior permanecerão na guarda do Tribunal pelo prazo de 5 anos, podendo ser requisitados, a qualquer momento, justificadamente pelos Relatores, Ministério Público e DIAFI para análise ou subsídio à instrução de outros processos, sendo definitivamente arquivados após decorrido o referido prazo.

Parágrafo único. Independente do grau de risco atribuído, o processo/documento de licitações, aditivos e contratos serão obrigatoriamente analisados quando houver neste Tribunal denúncia relacionada à licitação, contrato ou aditivo versado(s) no processo.

A Unidade Técnica enquadrou o presente procedimento no RISCO MODERADO, a partir dos critérios objetivamente definidos na Resolução Administrativa RA – TC 10/2016, e não há denúncia a ele relacionada, o que impede o curso ordinário rumo ao seu julgamento, nos termos do § 1º do art. 1º e do parágrafo único do art. 2º da Resolução Administrativa RA – TC 06/2017, com as cautelas do art. 2º do mesmo normativo.

Ante o exposto, VOTO pela extinção do processo sem resolução de mérito, determinando-se o seu **ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO**, podendo, no prazo de cinco anos, contado da publicação da presente decisão, ser requisitado, justificadamente, pelos Relatores, Ministério Público e Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI, para análise ou subsídio à instrução de outros processos, devendo ser **DEFINITIVAMENTE ARQUIVADO** após decorrido o referido prazo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC 10048/16

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 10048/16**, referentes à análise do pregão eletrônico 10.044/2014, das atas de registro de preços 10.118/2016, 10.119/2016, 10.120/2016 e 10.121/2016, e dos contratos 10.527/2016, 10.528/2016, 10.532/2016 e 10.533/2016, dele decorrentes, materializados pelo **Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa**, sob a responsabilidade do Gestor, Senhor ADALBERTO FULGÊNCIO DOS SANTOS JÚNIOR, visando a elaboração de sistema de registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios, conforme termo de referência, em que se sagraram vencedoras as empresas BJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, EMPÓRIO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA – EPP, JPM JOÃO PESSOA MERECAANTIL EIRELI e MÁXIMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME, cuja proposta global foi de R\$3.048.549,00, **RESOLVEM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ª CAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, **EXTINGUIR** o processo sem resolução de mérito, determinando-se o seu **ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO**, podendo, no prazo de cinco anos, contado da publicação da presente decisão, ser requisitado, justificadamente, pelos Relatores, Ministério Público e Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI, para análise ou subsídio à instrução de outros processos, devendo ser **DEFINITIVAMENTE ARQUIVADO** após decorrido o referido prazo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara.

Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.

João Pessoa (PB), 13 de agosto de 2019.

Assinado 14 de Agosto de 2019 às 11:53



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima
PRESIDENTE

Assinado 14 de Agosto de 2019 às 11:09



Cons. André Carlo Torres Pontes
RELATOR

Assinado 14 de Agosto de 2019 às 12:50



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
CONSELHEIRO

Assinado 19 de Agosto de 2019 às 11:34



Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO